

# Sarney já aceita negociar o parlamentarismo

O parlamentarismo entra na pauta de negociação: o presidente José Sarney explicou, ontem, ao líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, que é receptivo a um entendimento sobre o sistema de Governo, mas estranhou o fato, de uma fórmula de parlamentarismo lhe ter sido levada pelo relator Bernardo Cabral como um fato consumado.

Em almoço na residência do senador Afonso Arinos de Mello Franco, entre políticos parlamentares e ministros militares, um deles se manifestou simpático à mudança do sistema de Governo — o ministro Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica. Os demais — ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, da Marinha, Henrique Sabóia, e do

EMFA, general Paulo Paiva — demonstraram preferência pelo presidencialismo, mas fizeram questão de ressaltar que esta é uma questão estritamente civil. A posição de Moreira Lima é semelhante à do general Ivan Mendes, do SNI, apontado pelos parlamentares como "bastante receptivo ao parlamentarismo".

Luiz Henrique saiu satisfeito da conversa com Sarney, quando informou que a grande maioria dos constituintes é parlamentarista, mas reconhecem o fato de que a eleição direta para a Presidência da República é uma reivindicação nacional. Assim não se pode eleger com milhões de votos um Presidente da República sem qualquer poder. Daí a melhor fórmula ser mista, com a divisão de poderes entre o primeiro-ministro e o Presidente da República.

**Fato consumado**  
Sarney considerou lúcidas as observações e esclareceu sua posição: não é contra a negociação,

mas não considera justo tomar conhecimento de fatos consumados. Sua resposta foi interpretada por Luiz Henrique como abertura para uma ampla negociação nas próximas duas semanas sobre o sistema de Governo.

Mais tarde, na residência de Afonso Arinos, Luiz Henrique, o senador Fernando Henrique, os deputados Bonifácio de Andrada e Sandra Cavalcanti sentiram, na conversa com os ministros militares, uma resistência menor do que esperavam em relação à mudança do sistema de Governo.

Os ministros militares, contudo, fizeram questão de deixar claro sua discordância em relação à mudança do sistema de Governo com intenções casuísticas. Isto é, adotar o parlamentarismo por receio da eleição do candidato A ou B para a Presidência da República. Ou, então, para esvaziar o mandato em curso do presidente Sarney, de quem são ministros.



Na residência de Arinos o ministro da Aeronáutica mostrou-se simpático à mudança de governo

## Presidente deve falar, diz Arinos

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, afirmou ontem não ter dúvida quanto à viabilidade de adoção do parlamentarismo no Brasil. Mas, deixou claro que é indispensável a participação do presidente José Sarney no processo, por ser diretamente afetado caso seja aprovada a mudança no sistema de Governo.

A declaração de Arinos foi feita após almoço em sua residência com os quatro ministros militares e com parlamentares da Aliança Democrática. Segundo Arinos, o argumento da necessidade da participação de Sarney foi a ele apresentado pelos ministros militares, "com o qual estou plenamente de acordo", destacou o senador. Arinos admitiu mudanças

na forma do parlamentarismo a ser adotada.

O primeiro ministro a chegar à casa de Arinos foi o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva. Depois, pela ordem, chegaram os ministros da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima; da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Em seguida, chegaram os parlamentares — deputado Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara; deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ); e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado.

**Equívocos**  
Os ministros militares negaram-se a falar com a imprensa e dos parlamentares apenas Luiz

Henrique dispôs-se a dar declarações. Segundo o líder, após uma avaliação geral sobre o encaminhamento dos trabalhos da Constituinte, especificamente sobre o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, os equívocos gerados pela apresentação do projeto foram superados. Mas, Luiz Henrique discordou que este projeto seja fruto de pequena facção política. Segundo ele, todos os segmentos dos vários partidos estão sendo ouvidos, "para que possamos fazer uma Carta Magna sintonizada com as expectativas de avanço".

Luiz Henrique destacou ainda que os equívocos decorreram de mudanças de última hora, ou seja, de natureza metodológica. Ele lembrou também que a reunião com os ministros militares estava marcada desde a semana passada.

## Cabral nega acordo prévio com Leônidas

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), negou, durante a sessão de ontem à tarde, que tivesse firmado qualquer tipo de acordo com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em relação ao papel das Forças Armadas no Projeto de Constituição. Acrescentou "que está havendo um propósito deliberado de tentar elinear" o seu nome.

O pronunciamento de Bernardo Cabral foi muito rápido, pois ele apenas apartou o discurso do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que tentou desfazer o "mal-entendido em relação às palavras do ministro". Cabral agradeceu os esclarecimentos prestados pelo líder, afirmando que é amigo do general há quase trinta anos e por isso ele não acredita "que ele tenha feito declarações sobre acordo".

O deputado Bernardo Cabral chegou ontem de manhã de uma viagem que fez ao Espírito Santo. Abatido, não quis dar durante todo o dia qualquer declaração à imprensa sobre o incidente na reunião ministerial ou até mesmo sobre o ante-substitutivo que foi divulgado na quinta-feira. O relator acha que o momento não é oportuno para fazer qualquer tipo de comentário.

Mesmo com a recusa Cabral respondia aos jornalistas que o procuravam, que suas palavras já estavam incluídas nos anais da Assembleia Nacional Constituinte. Embosando inteiramente "os esclarecimentos prestados pelo líder do Governo", o relator acrescentou que a exposição de Sant'Anna serviu para provar que durante a reunião ministerial o seu nome sequer foi mencionado.

### Deni não ouviu

O ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, assegurou ontem que o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, não fez alerta, ameaça ou qualquer acusação à Constituinte durante a reunião ministerial de quarta-feira. Como participante da reunião, Schwartz disse que ouviu do general Leônidas apenas um comentário, uma constatação. Para o ministro do Desenvolvimento Urbano, não houve qualquer acusação à esquerda.

### Íris vê dever

"Ninguém mais que um ministro de Estado tem o dever de acompanhar e fazer suas ponderações sobre os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Ninguém pode ficar omissa, pois não se admite omissão neste momento importante da transição política", declarou ontem, em Salvador, o ministro da Agricultura Iris Rezende ao comentar as críticas do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ao projeto de Constituição durante a reunião ministerial.

### Bons trilhos

O ministro Antônio Carlos Magalhães interpretou as declarações do ministro Leônidas Pires Gonçalves, durante reunião ministerial, como uma confissão e uma fala "realmente patriótica". ACM afirmou que Leônidas fez a observação como um brasileiro que deseja ver "o País nos bons trilhos".

## Governadores dizem que pronunciamento não ameaça regime

**Recife** — Os governadores nordestinos presentes ontem à reunião do Conselho deliberativo da Sudene, no Recife, encararam com naturalidade as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em relação à Constituinte. "Precisamos aprender a ver as declarações do ministro do Exército como de um outro ministro qualquer. A exposição de uma opinião política não significa ameaça de golpe" — disse o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O governador da Bahia, Valdir Pires, fez questão de frisar que "a Constituinte é soberana", enquanto destacava a necessidade de se ir esvaziando as tensões decorrentes de pronunciamentos de ministros de Estado junto aos constituintes. "Não é possível que a democracia se sinta ameaçada pela declaração de um cidadão", retrucou o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo. Já Fernando Collor de Melo, de Alagoas, disse que por conta do clima de insegurança que se cria na classe política é na sociedade a cada declaração dos ministros militares — o que ele considera a "síndrome do golpe" — acha aconselhável os ministros militares não saírem da órbita administrativa e não comentarem os aspectos políticos. Ele esclareceu que a "síndrome do golpe" ainda

existe, mas é algo praticamente inexistente, sem possibilidades.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pensa diferente do ministro do Exército: "Sou favorável à anistia para todo mundo. Sou anistiado e defendo anistia para civis e militares. Se estivesse no Congresso votaria favorável".

### Sudene

Os governadores reafirmaram seu apoio ao nome do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson Campos, para assumir a superintendência da Sudene. E enquanto alguns, como Geraldo Melo, encararam a demora da nomeação do novo superintendente como algo que cabe ao Presidente, outros, como Tasso Jereissati, cobram uma definição logo. "Está demorando muito — disse Jereissati. Nós todos abrimos mão da indicação em favor de alguém ligado ao governador de Pernambuco. Ninguém está brigando por cargos em favor da unidade de política do Nordeste". Embora haja consenso dos governadores em relação ao nome de Carlos Wilson, eles não consideram desprestígio da região a demora do presidente em anunciar o novo superintendente. "Deve estar havendo algum problema", resumiu o governador do Ceará.

## Quércia vê domínio de centro

**São Paulo** — Embora tenha considerado um "direito" a manifestação do ministro Leônidas Pires, do Exército a respeito da manutenção do presidencialismo no Brasil, o governador Orestes Quércia não concordou com a afirmação do ministro de que "a Constituinte está sendo manobrada por um pequeno grupo de esquerda radical". Quércia admite a existência de "um pessoal mais aguçado e mais agressivo", não concordando, contudo, que "eles estejam dominando". Para Quércia, a maioria dos constituintes é de centro "e até de centro-esquerda, mas não de esquerda extremada".

Mas Quércia concordou com a posição do ministro, que defende a manutenção do sistema presidencialista no Brasil: "Eu estou de acordo com ele. É muito importante até para efeito de se evitar que amanhã haja interferência das Forças Armadas no processo político. Precisamos resguardar o processo de abertura democrática. E se

tivermos o parlamentarismo, acho que será muito ruim".

Por outro lado, Quércia não admite a possibilidade de "golpe" no País, considerando que o ministro do Exército foi muito enfático em suas declarações: "não vejo possibilidade de golpes. Inclusive ele (ministro) está no caminho certo, porque queremos que o Brasil não sofra nenhum retrocesso, nem intervenção das Forças Armadas no processo político. E para isso é até bom que o presidencialismo seja mantido".

### Interpretação

Em Porto Alegre o governador Pedro Simon (PMDB) disse que respeita a opinião do ministro do Exército, mas acrescentou que não acredita que as minorias de esquerda possam obter vitórias na Constituinte. Ao contrário, Simon se preocupa mesmo é que a nova Constituição saia exageradamente conservadora e retrógrada. Para que isso não aconteça, o governador gaúcho prega negociações entre segmentos que compõem a Assembleia Constituinte.

## OAB gostou do projeto

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomas Bastos, elogiou ontem o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, principalmente no artigo 192, sobre o Papel Constitucional das Forças Armadas. "A redação (desse artigo) é a que a Ordem preconiza, as Forças Armadas, em vez de tutoras, transformam-se em servidoras dos poderes constitucionais" — disse.

Thomas Bastos atribuiu a esse artigo, a irritação do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves com o substitutivo de Cabral, pelo artigo 192, a intervenção das Forças Armadas em questões de ordem interna fica subordinada ao poder civil, conforme o texto que diz que elas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa destes, da ordem constitucional".

Ao criticar esta redação, o ministro incorre num falso dilema, segundo o presidente da OAB. "É um falso dilema discutir se as Forças Armadas são responsáveis pela ordem externa ou interna. Nos dois casos, elas são servidoras dos

poderes constitucionais dos poderes instituídos — disse.

O texto de Cabral neste ponto apenas repetiu, "com pequenas alterações", a proposta da Comissão de Estudos Constitucionais presidida no ano passado pelo atual senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Na fase anterior da Constituinte, a OAB havia apresentado emendas com o mesmo teor, segundo Thomas Bastos.

A OAB incumbiu seu grupo de estudos constitucionais de fazer uma avaliação do substitutivo de Cabral e divulgará o resultado final deste trabalho na próxima segunda-feira, em Brasília.

Segundo Thomas Bastos, o projeto contempla em parte o desejo da OAB quando prevê a transformação do Supremo Tribunal Federal em Corte basicamente de temas constitucionais. A proposta inicial da OAB era a criação pura e simples de um tribunal constitucional. Depois, ela evoluiu para a manutenção, com papel constitucional, do STF, mas aumentando dos atuais onze para dezesseis o número de ministros.

## Para Covas, manifestação é um direito

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, considerou ontem "normais" as declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que a vontade política do Governo não vige na Constituinte. Para Covas, tanto o presidente da República como qualquer um dos ministros têm direito de se manifestar sobre os trabalhos da Constituinte, mas a decisão final sobre a futura Constituição caberá exclusivamente aos constituintes.

"Acho que o PMDB não deve reproduzir na Constituinte o que o Governo pensa" defendeu o líder completando que não deve haver uma polarização entre a Constituinte e o Governo.

Mário Covas disse ainda que as declarações do ministro do Exército têm importância relativa uma vez que não deverão interferir na sua opinião e nem na sua conduta.

### Mandato

Pessoalmente, o líder acha que o substitutivo avançou em relação aos textos anteriores. Ele adiantou, no entanto, que a proposta do relator Bernardo Cabral de fixar o mandato do presidente José Sarney em cinco anos "é o pior do substitutivo". Anunciou também que existe um grupo de sua confiança selecionando emendas para apresentar ao substitutivo, sendo que entre elas está a de eleição para presidente em 1988.

## Chiarelli descarta risco de imposição

**Porto Alegre** — O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), afirmou ontem em Porto Alegre, não haver risco de que os grupos radicais minoritários — para cuja ação o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, advertiu — acabem conseguindo impor seus projetos na Assembleia Constituinte.

"Eu tenho absoluta convicção de que estamos suficientemente alertas para fazer uma Constituição moderna, produto das aspirações médias da sociedade, sem imposições das majorias e, muito menos, das minorias", asseverou o parlamentar gaúcho.

### Minorias

Ele ressaltou que "os grupos radicais mais extremados são infimas minorias. São muito atuais, procuram "vender" suas propostas, mas elas não terão acolhida, justamente porque são radicais e de minorias". Para Chiarelli, as declarações do ministro do Exército de que a Constituinte está sendo manobrada por grupos radicais "não devem causar esse assombro, esse impacto que produziram, como se ele tivesse baixado normas. Ele apenas exerceu um direito legítimo, democrático, de fazer uma manifestação desse tipo, pois sua função é política, como a de todos os demais ministros".

## Maciel classifica de "contribuição"

**Vitória** — O senador Marco Maciel disse ontem, ao desembarcar nesta capital, aonde veio para revitalizar o PFL, que preside a nível nacional, que "o discurso do Ministro do Exército é uma contribuição à Assembleia Nacional Constituinte. O general Leônidas Gonçalves, como cidadão e como ministro de Estado tinha todo o direito de externar os seus pontos de vista, que devem ser levados em conta pelos constituintes".

Diferente desse é o entendimento do senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), 1º vice-presidente do Senado e um dos colaboradores do relator Bernardo Cabral: "É preciso ver e sentir o que se esconde por trás dessas declarações. Para mim está claro que o Governo está vendo fracassar a sua política econômica e usa a voz das Forças Armadas".

Perguntado se via nas palavras do Ministro do Exército uma ameaça às instituições, respondeu: "Eu estou muito preocupado. Já vi esse filme antes".

## Maioria condena declaração

A declaração do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de que grupos radicais estão inflando mais na Constituinte do que a maioria da Aliança Democrática, foi o assunto do dia na sessão de ontem do Congresso Nacional, cuja finalidade era a leitura de mensagens presidenciais. Quinze parlamentares, da tribuna ou em apertados, falaram sobre o assunto, a maioria condenando as afirmações do ministro.

A sessão, que começou às 14h00, deverá terminar às 15h00, quando seria iniciada uma outra sessão, da Comissão de Sistematização, para a defesa das emendas populares, mas se prolongou por mais duas horas. Aldo Arantes, deputado do PC do B, foi o primeiro a iniciar uma série de pronunciamentos contra as declarações do ministro, qualificando-as de "interferência na soberania desta Casa" e pedindo respeito aos 559 parlamentares, "eleitos para fazerem livremente uma nova Constituição".

Florestan Fernandes ((PT-SP) disse que o mais grave é que "a Constituinte é conservadora e o ministro diz que ela está sendo radical". O deputado Amaury Müller (PDT-RS) ironizou as declarações de Leônidas ao afirmar que a Constituinte está dominada "não por uma minoria de esquerda, mas de direita".



Gibson (ao microfone) foi um dos poucos defensores

## Pequenos partidos divididos

O deputado Amaury Müller (RS), em exercício na liderança do PDT, fez críticas veementes ontem da tribuna do plenário, ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, dizendo que ele não deve "manter o bedelho" nos assuntos da Assembleia Nacional Constituinte, já que nenhum dos parlamentares interfere nas Forças Armadas. Müller acrescentou que a intromissão do ministro a respeito do texto do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização é uma clara, renovada e acintosa intervenção na Constituinte e que ele melhor faria à Nação, "se fosse cuidar de suas tropas".

A declaração do ministro do Exército foi bastante criticada ontem da tribuna do plenário por parlamentares e líderes políticos. Houve, entretanto quem o defendesse. Foi o caso do deputado Roberto Jefferson (RJ), vice-líder do PTB, que defendeu o direito que o ministro tem de se pronunciar como cidadão brasileiro em uma democracia. Jefferson declarou não se sentir pressionado com as críticas de Leônidas ao texto constitucional, como os demais constituintes que protestaram.

**Contrapartida**  
Já o líder do PL, deputado

Adolfo de Oliveira, fez uma defesa, embora velada, do ministro do Exército. Segundo o deputado, as Forças Armadas vinham desempenhando um papel admirável até agora, no período de transição democrática. Mas essa atuação, entretanto, precisa ter uma contrapartida do poder político. Adolfo de Oliveira ressaltou que o atual regime não está forte o suficiente para que se chegue a uma situação de confronto ou provocação. Portanto, ele acredita que Leônidas tenha apenas externado uma opinião pessoal.

Considerando a atitude de Leônidas como "estapafúndia", o líder do PC do deputado Haroldo Lima(BA), lembrou que ela é uma manifestação na linha de continuidade das ameaças constantes, que têm sido feitas pelo presidente José Sarney ao texto constitucional. Lima acusou ainda o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de omissão, porque "em nenhum instante defendeu a Constituinte desses ataques".

O vice-líder do PT, deputado José Genoino, destacou que a Constituinte foi ferida em sua soberania, com a intromissão de Leônidas em assunto "que não é de sua competência".

Carlos Menandro

Ivaldo Cavalcante